



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS

Relatório Circunstanciado 3/2024

Dados Gerais

Número SIT: 52577

Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Tomador: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

Tipo Instrumento: Termo de Convênio

Número do Instrumento: 268

Ano do Instrumento: 2022

Objeto do Instrumento: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PLAYGROUND COM IMPLANTAÇÃO.

Resumo Financeiro

Total Saldo Inicial: R\$ 0,00

Total de Repasses: R\$ 117.000,00

Total de Contrapartida: R\$ 45.000,00

Total de Recursos Próprios: R\$ 0,00

Total de Rendimento Bruto:

Total de IOF/IR Fonte:

Total Líquido de Aplicações Financeiras: R\$ 438,52

Total de Despesas: R\$ 162.000,00

Total de Devolução: R\$ 438,52

Total de Glosas de Despesa: R\$ 0,00

Total de Estornos de Despesa: R\$ 0,00

SALDO FINAL: R\$ 0,00

Avaliações Realizadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS

Formalização - RENAN CLEMENTE ROMAGNOLO COLTRO - 18/04/2022 - O convênio nº 268/2022 teve o parecer jurídico nº 289/2022/N-AJ/SEDU, inserido no e-protocolo nº 17.779.443-0. Instrumento assinado conforme documentos anexados aos SIT.

Condições do Tomador - RENAN CLEMENTE ROMAGNOLO COLTRO - 19/04/2022 - Tomador prefeitura municipal. Comprovada a regularidade fiscal na formalização do termo, conforme informações fornecidas no SIT pelo Concedente. Certidões verificadas, sob a guarda do GOFS/SEDU, e constantes do e-protocolo deste convênio.

Plano de Trabalho - RENAN CLEMENTE ROMAGNOLO COLTRO - 19/04/2022 - 1º plano de Trabalho registrado no SIT, é o Plano de Trabalho Definitivo, nos termos da Lei Estadual 19.361, de 20 de dezembro de 2017, aprovado e assinado conforme documentação anexada ao SIT e constante do respectivo e-protocolo. Aprovação de projetos, das aquisições de bens ou da realização de serviços, a cargo do Interveniante. O objeto da transferência atende às funções de governo e possui dotação assegurada no orçamento do Concedente, conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentaria DDO e Declaração de Adequação da Despesa DAD anexadas ao processo pelo GOFS/SEDU.

No caso de obras, foram de responsabilidade do Interveniante as Informações sobre: (i) a matrícula comprovando a titularidade do imóvel por parte do tomador ou da realização de obra em área de domínio público e (ii) as anotações de responsabilidade técnica pela elaboração dos projetos.

O cronograma do plano de trabalho é estimativo, pois o valor dos repasses é decorrente da efetiva execução do objeto, de acordo com sucessivas medições, no caso de obras, ou com o recebimento de bens, ou com a execução dos serviços.

Execução e Despesas - ANA CAROLINA DA SILVA - 02/10/2023 - Aprovação do processo licitatório pelo Interveniante através do parecer nº 2022/2108. Análise da documentação para liberação e autorizações de pagamento realizadas pelo Interveniante (AP's nºs 40436,40896). Fiscal da transferência nomeado pelo interveniente conforme previsto no termo de convênio. Verificação regularidade fiscal, guarda de certidões negativas e inclusão de informações no SIT a cargo do NFS/SÉCID.

Condições do Tomador - ANA CAROLINA DA SILVA - 02/10/2023 - Dispensada a verificação da regularidade fiscal na liberação dos recursos, tendo em vista o artigo 1º da Lei Estadual 19.206/17, a Informação N.216/2019 – AT/GAB/PGE, o Despacho 116/2019-PGE/CCON e o Despacho 503/2019-PGE, constantes do processo protocolado nº 16.006.061-9. Quanto à certidão liberatória do Tribunal de Contas, o Concedente considerou o contido no acórdão 2956/15 - TCE-Pr.

Movimentação Financeira - ANA CAROLINA DA SILVA - 18/01/2024 - Para análise conclusiva da movimentação financeira deste convênio, aguarda-se alimentação de todas as informações necessárias, por parte do TOMADOR, e anexação completa dos documentos pertinentes.

Aditivos - ANA CAROLINA DA SILVA - 08/02/2024 - Aditivo lançado como 1003, correspondente à portaria nº 012/2023 SUP/PARANACIDADE alterando o fiscal da transferência conforme previsto na cláusula 6ª do termo de convênio.

Movimentação Financeira - ORIEL EDUARDO DA CRUZ - 06/03/2024 - Verificação de depósito de contrapartida a cargo do Interveniante e do GOFS/ SECID. Análise da movimentação financeira com base nas informações e documentações anexadas ao SIT pelo Tomador. Repasses de recursos contra a execução do objeto sem vinculação com os cronogramas previstos no Plano de trabalho, pois os recursos somente são repassados ao município após realização de medição, no caso de obras, ou após entrega do equipamento, no caso de equipamentos.

Avaliações Realizadas pela UGT Tomador

Não há avaliações registradas.

Tomada de Contas

Não há Tomada de Contas registrada.

Manifestação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS

Tipo da Manifestação: Regular

Visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas do convênio, atribuição do INTERVENIENTE, conforme cláusula 6ª, item II-d do Convênio firmado com o Município, e a observância das normas legais, compete ao INTERVENIENTE executar rotina operacional obrigatória, com as seguintes etapas, na ordem abaixo:

1) Aprovação prévia à aquisição do objeto conforme parecer emitido por analista do INTERVENIENTE.

2) Autorização para o município efetuar a licitação do objeto, com base no parecer do item 1, de acordo com modelo de edital fornecido também pelo INTERVENIENTE.

3) Análise jurídica da documentação da licitação, enviada pelo município após ata de julgamento, com emissão de parecer.

4) Autorizar formalmente a homologação do processo licitatório pelo TOMADOR.

5) Supervisionar a entrega do objeto ao TOMADOR, com recebimento e respectivas medições feitas e atestadas pelo contratante (TOMADOR).

Comentários: 6) Emissão do AP (autorização de pagamento), após verificações, para que o CONCEDENTE efetue o repasse de recursos ao TOMADOR.

7) Alimentar no sistema de acompanhamento e monitoramento de projetos - (SAM), do INTERVENIENTE, todas as etapas.

8) Disponibilizar, digitalmente, no Portal dos municípios (plataforma web administrada pelo Interveniante), os documentos referentes às etapas anteriores, no que couber.

Adicionalmente, cabe ao INTERVENIENTE a verificação das condições para garantir que o repasse de recursos ao município, em período eleitoral, não se enquadre nas vedações do artigo 73, inciso VI, item a, da lei 9504/97. De acordo com as informações do fiscal da Transferência, constantes do TERMO DE FISCALIZAÇÃO do SIT, e do(s) Termo (s) de recebimento definitivo e Termo de cumprimento de objetivos do convênio, anexados, e considerando que não houve apontamento de ocorrências de suspensão da execução, ou de situações anômalas, foram considerados regulares os itens de avaliação da execução do objeto e de cumprimento de objetivos.

Responsável pela emissão: 270.645.060-68 - KAREN BARRETO CAMPELO

Data de Emissão: 22/05/2024 14:53